



**Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas**

# Ciclos Políticos e Ciclos Eleitorais nas Eleições Legislativas Portuguesas 1985-2009

**João Luís Monteiro Miguel**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Políticas Públicas

Orientador:

Dr. José António da Fonseca Viera da Silva, Professor Convidado

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro de 2013





*Nothing is so admirable in politics as a short memory.*

John Kenneth Galbraith



## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todos os que de alguma forma tornaram este estudo possível.

Aos meus pais Alice e Jorge;

Ao Professor José António da Fonseca Viera da Silva pelo apoio, disponibilidade, observações e orientações fornecidas durante a elaboração desta dissertação;



## **ACRÓNIMOS**

ANOVA – Analysis of Variance

B.E. – Bloco de Esquerda

BdP – Banco de Portugal

CDS–PP – Partido Popular

CNE - Comissão Nacional de Eleições

CRP - Constituição da Republica Portuguesa

EUROSTAT - Gabinete de Estatísticas da União Europeia

PBC – Political Business Cycles

PCP – Partido Comunista Português

PIB – Produto Interno Bruto

PPD/PSD – Partido Social Democrata

PRD - Partido Renovador Democrático

PS – Partido Socialista

PSN - Partido da Solidariedade Nacional





## RESUMO

Este trabalho segue atentamente as teorias oportunistas do modelo de ciclos político-económicos e a sua adequação às eleições para a Assembleia da Republica durante o período 1985-2009.

Estas teorias foram testadas para as variáveis macroeconómicas, bem como ao nível de indicadores orçamentais de despesa pública em função dos atos eleitorais legislativos, tendo sido utilizado como base a série longa do Banco de Portugal (BdP): “Quarterly Series for the Portuguese Economy: 1977-2011”, bem como os resultados eleitorais disponibilizados pela Comissão Nacional de Eleições.

Não se encontraram evidências de existência de políticas oportunistas no caso da inflação e do desemprego para a totalidade do período. Foram encontrados indícios de oportunismo pontual em variáveis da despesa pública, nomeadamente no Consumo Público e Transferências Internas, tendo sido dada maior relevância a atos eleitorais onde o incumbente se apresenta a votos tendo beneficiado de uma legislatura completa no Governo.

A investigação concluiu que modelos centrados em variáveis orçamentais podem ser usados para aprofundar o impacto dos ciclos eleitorais nas políticas públicas. Estes modelos possuem alguma sustentação ao longo da serie apesar das restrições resultantes da instabilidade politica portuguesa e ciclos económicos complexos durante o período em analise.

Palavras-chave: “Ciclos político-económicos”, ”Teoria oportunista”, “Consumo Público”; “Transferências Internas”

## ABSTRACT



This work follows closely the theories opportunistic model of political-economic cycles and their suitability for election to the Assembly of the Republic during the period 1985-2009.

These theories were tested studying the behavior of macroeconomic and fiscal indicators of public expenditure as the Legislative elections approached. The long series the Bank of Portugal (BoP): "Quarterly Series for the Portuguese Economy: 1977-2011 " and the election results provided by the National Elections Commission, where used as the initial dataset.

There was no evidence of the existence of political opportunists in the case of inflation and unemployment for the entire period. Having found no evidence of the existence of political manipulation regarding inflation or unemployment for the entire period, we proceeded in adapting the model of opportunistic economical-political cycles to variables of public expenditure, particularly in quarterly annual rate of public consumption, and internal transfers where punctual evidence of opportunism in public spending, was detected Having focused our attention in those elections in which the Incumbent is running for office having served a full term in Government, the investigation concluded that models based on fiscal variables can be used to measure the impact of electoral cycles in public policy.

These models have some support along the series despite the restrictions resulting from political instability and economic Portuguese cycles during the period under review.

Keywords: "Political-economic cycles"; "Opportunistic theory"; "Public Consumption"; "Internal Transfers"

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	iii
ACRÓNIMOS .....	v
RESUMO.....	vii
ABSTRACT .....	vii
ÍNDICE.....	viii
ÍNDICE DE QUADROS.....	viii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	ix
INTRODUÇÃO .....	11
CAPITULO I.....	13
CAPITULO II.....	19
CAPITULO III .....	23
CONCLUSÃO .....	35
BIBLIOGRAFIA .....	39
CURRICULUM VITAE.....	I

## ÍNDICE DE QUADROS

<i>Quadro 1 – Classificação dos Modelos de Ciclos Político-económicos.....</i>	<i>18</i>
<i>Quadro 2 - Resultado dos Actos Eleitorais para a Assembleia da República (1985-2009)</i>	<i>20</i>
<i>Quadro 3 – Antecipação dos Actos Eleitorais para a Assembleia da República.....</i>	<i>21</i>
<i>Quadro 4 – Relação entre a taxa de desemprego e a taxa de inflação (1985-2009).....</i>	<i>24</i>
<i>Quadro 5 – Relação entre a taxa de variação homóloga do PIB, taxa de desemprego e taxa de inflação (1985-2009) .....</i>	<i>25</i>
<i>Quadro 6 – Relação entre o momento eleitoral, taxa de desemprego e taxa de inflação (1985-2009).....</i>	<i>26</i>
<i>Quadro 7 – Comportamento da taxa de variação homóloga do Consumo Público antes do ato eleitoral (1985-2009).....</i>	<i>28</i>
<i>Quadro 8 – Comportamento da taxa de variação homóloga das Transferências Internas antes do acto eleitoral (1985-2009) .....</i>	<i>30</i>

<i>Quadro 9 – Comportamento das taxas de variação homóloga do Consumo Público e Transferências Internas em períodos de legislatura completa .....</i>	<i>31</i>
<i>Quadro 10 – Comportamento das taxas de variação homóloga do Consumo Público para cada um dos períodos de legislatura completa .....</i>	<i>32</i>
<i>Quadro 11 – Comportamento das taxas de variação homóloga das Transferências Internas para cada um dos períodos de legislatura completa.....</i>	<i>33</i>

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1 – Momentos eleitorais e comportamento das variáveis económicas.....	22
Figura 2 – Momentos eleitorais e comportamento do Consumo Público (1985-2011)....	27
Figura 3 – Momentos eleitorais e evolução homóloga das Transferências (1985-2011) .	29
Figura 4 – Momentos eleitorais e Variação homóloga das Transferências Internas e do Consumo Público (1985-2011).....	34



## INTRODUÇÃO

Na génese da economia, inicialmente denominada economia política<sup>1</sup>, encontra-se a seguinte questão: “Como a Política afecta os resultados económicos?”. Recentemente, o estudo de factores de interdependência entre a condução de política económica e os ciclos eleitorais têm produzido um amplo número de investigações nesta área<sup>2</sup>.

Ao longo deste texto, procurarei demonstrar de que forma os resultados económicos de um determinado País (no caso Portugal) durante determinado tempo (a duração da legislatura) afectam a possibilidade de reeleição do incumbente, bem como averiguar da existência comportamentos oportunistas<sup>3</sup> na gestão de ciclos político-económicos, tendo em vista o aumento de probabilidade de reeleição.

A motivação para este trabalho, resulta fundamentalmente, de três ordens de razões:

1ª) Trata-se de uma linha de investigação actual e muito activa em termos internacionais, nomeadamente no que diz respeito à análise do comportamento dos governos centrais;

2ª) Permanece um tema relativamente pouco estudado no caso português, sendo que a grande maioria dos estudos de comparação internacional são omissos em relação ao nosso país ou baseados num conjunto datado e exíguo de dados.

3ª) No actual contexto de contracção económica que Portugal atravessa, e na medida em que os ciclos eleitorais geram ineficiências na alocação de recursos económicos, assumem particular relevância em países (como Portugal) em que o saldo da balança orçamental é cronicamente deficitário.

O trabalho está organizado da seguinte forma. No Capítulo I apresenta-se a revisão bibliográfica sobre os ciclos político-económicos e respectivo enquadramento teórico.

---

<sup>1</sup> Com efeito, desde Adam Smith n’ A Riqueza das Nações(1776), até pelo menos a John Stuart Mill em Princípios de Economia Política(1848), elaboraram os seus estudos em áreas que hoje seriam consideradas como pertencendo à área da Economia Política.

<sup>2</sup> Drazen (2000) “Political Economy in Macroeconomics” apresenta uma exaustiva digressão sobre o estado da arte.

<sup>3</sup> “Oportunismo” no contexto de *political economics* refere-se a eleitoralismo, isto é, a prossecução de medidas de política económica tendo em vista o êxito eleitoral.

Posteriormente, no Capítulo II é realizada uma digressão sobre o sistema político-eleitoral português e são descritas as fontes de dados estatísticos. Segue-se no Capítulo III, a apresentação da metodologia adoptada bem como os resultados empíricos. Por fim, a Conclusão elabora sobre os resultados atingidos e permite a sua sistematização para investigações futuras.

## CAPITULO I

A literatura sobre os ciclos político-económicos<sup>45</sup> procura analisar de que forma a política seguida pelos governantes reflecte as suas opções ideológicas e/ou contribui para a sua reeleição.

Embora os estudos pioneiros datem de Kalecki (1943), a primeira abordagem empírica surge com Kramer<sup>6</sup> (1971) o qual estabelece que existe uma relação entre a votação e os eventos económicos em ano eleitoral. Posteriormente, os trabalhos de Tufte (1975, 1978) e principalmente Fair (1978) ampliaram e desenvolveram as equações de correlação entre a *performance* económica e política.

Uma das primeiras abordagens a esta questão surge com Nordhaus (1975) que foi o pioneiro no desenvolvimento do modelo do *Political Business Cycle*<sup>7</sup> (PBC), o denominado modelo “oportunista” dos ciclos político-económicos. O modelo, como aliás todos os primeiros modelos do PBC, tinha expressão sobretudo na política monetária. Em termos grosseiros, podemos afirmar que o incumbente conduziria uma política monetária expansionista nos trimestres anteriores ao acto eleitoral, de forma a estimular a economia, ao qual se seguiria com algum desfasamento (esperançosamente, no período pós eleitoral) pelo consequente aumento da inflação. No contexto de uma curva de Phillips de curto prazo, a ideia por detrás deste modelo seria apresentar o incumbente ao acto eleitoral com uma economia em crescimento, desemprego reduzido e inflação controlada – o paradigma da boa gestão económica.

O modelo proposto por Nordhaus<sup>8</sup> tem por base uma curva de Phillips ajustada às expectativas conseguindo um *tradeoff* no curto prazo entre desemprego e inflação, sendo os seus pressupostos teóricos enunciados seguidamente:

---

<sup>4</sup> Para uma bibliografia extensa consultar: Alberto Alesina and Nouriel Roubini with Gerald D. Cohen, *Political cycles and the macroeconomy*. Cambridge: The MIT Press, 1997

<sup>5</sup> A elaboração deste capítulo dedicado à revisão bibliográfica segue atentamente o desenvolvido no capítulo 7 de Drazen, Allan (2000). *Political Economy in Macroeconomics*. Princeton.

<sup>6</sup> Gerald H. Kramer. 1971. "Short-Term Fluctuations in U.S. Voting Behavior, 1896-1964." "American Political Science Review" 71 (March): 131-43

<sup>7</sup> Embora a teoria dos PBC tenha evoluído desde que Nordhaus apresentou o seu modelo, neste contexto, identifica um ciclo de comportamento "oportunista" por parte de políticos interessados apenas na sua reeleição: o incumbente estimula a economia antes do período eleitoral, de modo a ser reeleito. Aproveitando a miopia do eleitor e os efeitos de curto prazo da curva de Phillips.

<sup>8</sup> A apresentação do modelo aqui referida peca por excessivamente breve, para uma melhor compreensão consultar: Nordhaus. 1975. *The political business cycle*. Review of Economic Studies 42: 169-190



a) Uma curva de Phillips definida como:

Em que  $\Delta y_t$  representa crescimento do produto interno bruto (PIB),  $\pi_t$  a taxa natural de crescimento do PIB, a taxa de inflação é definida por  $\pi_t = \frac{\Delta P_t}{P_t}$  e  $\pi_t^e$  representa a inflação esperada.

b) A inflação esperada é adaptativa, definida como:

Espelhando assim que a inflação futura será baseada na inflação passada, no caso das expectativas das inflações passadas anteriores serem validas. O parâmetro  $\alpha$  reflecte o ajustamento em relação a erros passados na análise. Para que o modelo tenha melhores hipóteses de funcionar, é desejável que o valor deste parâmetro seja o menor possível, ou seja que potencie a surpresa eleitoral.

- c) Os políticos são indiferenciados. Preferem estar no poder que fora dele.
- d) Em cada eleição existem apenas dois candidatos (e/ou partidos). Um incumbente e um *challenger*<sup>9</sup>.
- e) Os eleitores apreciam crescimento económico (taxa de crescimento do PIB positiva e se possível elevada) e não apreciam inflação e desemprego. Votam a favor do incumbente se a economia apresenta indicadores positivos (baixa inflação e desemprego, alto crescimento) durante o mandato anterior. Valorizam mais a performance económica imediatamente anterior ao acto eleitoral que a performance passada.
- f) O incumbente dispõe de mecanismos de política económica que permitem afectar de maneira determinística a procura agregada.
- g) O acto eleitoral é realizado numa data previamente fixada.

A crítica a este modelo de um ponto de vista conceptual reside em três vectores fundamentais<sup>10</sup>, expostos por Drazen (2000):

---

<sup>9</sup> Optou-se por manter a designação no original, tal como aparece no conjunto da literatura. Refere-se ao representante e/ou partido que permaneceu na oposição durante o mandato anterior.

<sup>10</sup>Em Alberto Alesina and Nouriel Roubini with Gerald D. Cohen, *Political cycles and the macroeconomy*. Cambridge: The MIT Press, 1997 pag. 17 a 21 é apresentada uma lista mais exaustiva de objecções ao modelo de Nordhaus.

*“First, it assumes that the President controls monetary policy, an assumption that is inconsistent with independence of the Federal Reserve<sup>11</sup> ...*

*A second, more serious problem with the Nordhaus model is its reliance on irrational behavior on the part of voters...*

*Finally...Fiscal policy plays no role in the political business cycle in the model, though transfers and other types of fiscal policy appear to play an important role in some episodes of pre-electoral policy manipulation...”*

Com efeito, o primeiro ponto é o menos criticável, do ponto de vista da prática monetária portuguesa pré-Euro, pois, embora garantida a independência do banco central, a política monetária era determinada pelo poder executivo.

O segundo ponto da crítica, motivou o surgimento de toda uma escola de pensamento denominada de expectativas racionais, que exigiu a reformulação do trabalho de Nordhaus, com o objetivo de conciliar políticos oportunistas e eleitores racionais.

A inclusão de expectativas racionais<sup>12</sup> em modelos de PBC deu origem a duas grandes linhas de pesquisa: a ideológica e a oportunista.

O modelo ideológico foi definido por Hibbs<sup>13</sup> e pressupõe que cada partido pode ser identificado com uma ideologia específica: partidos de esquerda favorecem políticas económicas associadas a baixo desemprego e alta inflação; partidos de direita favorecem políticas inversas associadas com baixa inflação e alto desemprego. Outros factores do modelo são que os eleitores escolherão no acto eleitoral os partidos associados com as políticas que favorecem no momento e que os incumbentes de ambos os partidos aderem à ideologia do partido que representam. O modelo foi subsequentemente expandido por Chappell e Keech (1986) e Alesina (1987, 1988) para um modelo de expectativas racionais. Como exposto em Alesina e Roubini, com Cohen (1997):

*“...More specifically, left-wing (liberal) governments pursuing expansionary monetary policies at the beginning of their term to lower unemployment (raise income growth) may be willing to reduce money growth at the end of their terms to reduce inflation caused by their initial policies.*

---

<sup>11</sup> Drazen desenvolve extensamente este tema, com particular enfoque para o comportamento dos bancos centrais em *The AFPM Model of the Political Business Cycle*, 2001.

<sup>12</sup> O conceito de “expectativas racionais” pressupõe que todos os intervenientes no mercado utilizam toda a informação disponível sobre a economia bem como, as previsões de evolução da mesma.

<sup>13</sup> Hibbs, D. (1977), “*Political Parties and Macroeconomic Policy*,” *American Political Science Review* 71, 1467-87.

*Opportunistic left wing governments may want to strengthen their antiinflation policies to appeal to the median voter in election years. Conversely, right –wing governments that undertook contractionary monetary policy to lower inflation may be more willing to expand monetary growth at the end of their terms to face elections in a period of economic expansion...”*

O modelo ideológico, ou partidário, não será objecto de análise no presente trabalho, dado que o estudo que me proponho se foca em modelos de base oportunista. Não obstante, trata-se de um ramo de investigação em PBC muito activo e que não poderia deixar de estar presente numa revisão de literatura sobre o tema<sup>14</sup>.

O modelo oportunista com expectativas racionais foi desenvolvido por Cukierman e Meltzer (1986), Rogoff e Sibert (1988), Rogoff (1990), Persson e Tabellini (1990) e adicionou o seguinte pressuposto: todos os governos são igualmente oportunistas, mas nem todos são igualmente competentes; e conhecem o seu nível de competência *antes* do eleitorado, dado que os eleitores apenas podem aferir da competência dos governos com base na observação dos resultados económicos das políticas *depois* de implementadas.

No modelo de Rogoff e Sibert (1988), os autores substituem a curva de Phillips pelo orçamento governamental, definindo a seguinte restrição orçamental:

Em que  $G$  representa um determinado nível de gastos do estado,  $T$  o total de imposto,  $S$  um determinado nível de *seignoriage*<sup>15</sup> e finalmente  $C$  representa a competência governamental. Neste contexto, significa a capacidade de limitar o desperdício de recursos, permitindo que a despesa seja financiada com um valor menor de receita total.

As expectativas são racionais, pelo que a inflação esperada é dada pela seguinte equação:

---

<sup>14</sup> Uma verificação do estado da literatura, bem como uma abordagem mais empírica ao modelo ideológico com expectativas racionais, pode ser encontrado em Krause, G. (2005). *Electoral incentives, political business cycles and macroeconomic performance: empirical evidence from post-war US personal income growth*. British Journal of Political Science, 35, 77-101, para além do citado *Political cycles and the macroeconomy*.

<sup>15</sup> Diferença entre o valor nominal e real da moeda.

Em que  $\pi_{t-1}$  representa a informação disponível no fim do período  $t-1$ .

É a estrutura da informação disponível ao eleitor que permite a manipulação oportunista do PBC. Para um dado período  $t$ , o eleitorado conhece a dimensão das receitas ( $R_t$ ) e dos gastos do estado ( $G_t$ ) mas desconhece o efeito da *seigniorage* ( $S_t$ ) dado que a informação relativa à inflação data do período  $t-1$ , bem como a competência do governo ( $\theta_t$ ). Esta situação pode ser exemplificada reescrevendo a fórmula inicial:

Desta forma resulta que governos mais competentes necessitam de menos  $\theta_t$  para um mesmo nível de  $\pi_t$ , *mantendo-se a inflação constante*. Contudo, a função de utilidade do eleitor, no momento do acto eleitoral é dada por:

Onde

Sendo  $\theta_t$  um determinado nível de rendimento e  $\pi_t$  os efeitos negativos da *seigniorage*. Resulta do exposto que para o eleitor médio, que não se apercebe da variação na oferta da moeda a tempo do acto eleitoral  $\theta_t$ , que o *surplus* de gastos do estado ( $G_t$ ) ou a diminuição da carga fiscal ( $T_t$ ) deriva da competência do incumbente ( $\theta_t$ ). Sumarizando, a implicação empírica para a validade do modelo seria que em período pré-eleitoral os impostos estariam abaixo do normal e a inflação acima do esperado para o período. Alesina e Roubini, com Cohen (1997) mencionam uma variação deste modelo, que é especialmente interessante para o caso português: “...*An alternative interpretation views  $\theta_t$  as the budget deficit, rather than seigniorage. With this interpretation however, the model would become much more difficult, because one would have to consider an intertemporal budget constraint. However, the basic intuition should persist: In election year, one should observe lower taxes and higher deficits...*”.

Persson e Tabellini (2003) encontraram um ciclo político relativo às receitas, quer em democracias desenvolvidas quer em democracias menos desenvolvidas para o período de

1960 a 1998, mas não de ciclo político dos gastos, transferências, ou no saldo orçamental global.

Os autores dos principais modelos de ciclos político-económicos apresentam-se de seguida<sup>16</sup>:

**Quadro 1 – Classificação dos Modelos de Ciclos Político-económicos**

Hipóteses		Partidos	
		Oportunistas	Ideológicos
Eleitores	Irracionais	<b>Teoria Oportunista</b> Nordhaus (1975) Lindbeck (1976)	<b>Teoria Partidária</b> Hibbs (1977) Frey e Lau (1968)
	Racionais	<b>Teoria Oportunista Racional</b> Rogoff e Sibert (1988) Rogoff (1990)	<b>Teoria Partidária Racional</b> Alesina (1987) Alesina e Sachs (1988)

Fonte: *Adaptado de Martins, 2002*

<sup>16</sup> MARTINS, Rodrigo Caldeira de Almeida. As teorias de ciclos políticos e o caso português. Grupo de Estudos Monetários e Financeiros (GEMF). Nº 5. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. 2002.

## CAPITULO II

A generalidade dos modelos de ciclos político-económicos tem por base um modelo próximo dos Estados Unidos da América, com um sistema bipartidário e datas eleitorais fixas. Infelizmente, neste caso, o modelo americano é mais a excepção que a regra em relação aos sistemas democráticos representativos – especialmente comparado com os modelos europeus, nomeadamente o caso português.

O estado português é uma Republica democrática semipresidencialista. De acordo com o art. 110º da Constituição da Republica Portuguesa (CRP) são órgãos de soberania: o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais.

De acordo com o art. 187º da CRP, o Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente da Republica ouvidos os partidos representados na Assembleia da Republica e tendo em conta os resultados eleitorais. Os restantes membros do Governo são nomeados pelo Presidente da Republica, sob indicação do Primeiro-Ministro. Em termos materiais, e tendo em atenção o período em análise, o líder do partido mais votado no acto eleitoral para a Assembleia da Republica foi sempre convidado a formar Governo.

As eleições para a Assembleia da Republica distribuem um total de 230 mandatos<sup>17</sup>, por um período máximo de quatro anos<sup>18</sup>.

Os deputados são eleitos em 22 círculos plurinominais por listas partidárias, utilizando-se o método da média mais alta de *Hondt* na conversão dos votos em número de mandatos. Os círculos correspondem aos 18 distritos de Portugal continental, a Região Autónoma da Madeira, a Região Autónoma dos Açores, e finalmente os dois círculos da emigração: Europa e Fora da Europa. Os dados apresentados neste estudo foram extraídos da Comissão Nacional de Eleições (CNE).

---

<sup>17</sup> O art. 148º da CRP não estipula um numero específico de mandatos, mas um mínimo de 180 e um máximo de 230, tendo sido este artigo objecto de revisão constitucional em 1989, onde o numero máximo de mandatos foi reduzido de 250 para 230.

<sup>18</sup> Qualquer dissolução da Assembleia da Republica implica forçosamente que o mandato não seja concluído.

## Quadro 2 - Resultado dos Actos Eleitorais para a Assembleia da República (1985-2009)

Partidos	06/10/1985	19/07/1987	06/10/1991	01/10/1995	10/10/1999	17/03/2002	20/02/2005	27/09/2009
B.E.					2	3	8	16
CDS	22	4	5	15	15	14	12	21
PPD/PSD	88	148	135	88	81	105	75	81
PRD	45	7						
PS	57	60	72	112	115	96	121	97
PSN			1					
PCP	38	31	17	15	17	12	14	15
<b>Total Geral</b>	<b>250</b>	<b>250</b>	<b>230</b>	<b>230</b>	<b>230</b>	<b>230</b>	<b>230</b>	<b>230</b>

Fonte: CNE

Podemos afirmar que o sistema partidário Português e a estrutura da competição partidária, criam uma base sustentável de análise dos ciclos político-económicos: um número limitado de partidos com assento parlamentar; uma alternância entre dois grandes partidos próximos do centro (o Partido Socialista no centro-esquerda e o Partido Social Democrata no centro-direita); um parlamento unicameral e forte disciplina partidária.

Consequentemente, um dos factores cruciais para o estudo – a responsabilidade política – está bem determinada. Com efeito, para que os votantes possam recompensar ou punir o incumbente no acto eleitoral seguinte, esta tem de ser clara. Estudos empíricos recentes<sup>19</sup> confirmam a identificação por parte do eleitorado, da gestão da política económica com o governo. Gramacho<sup>20</sup> (2008) conclui que:

*“...as instituições do semipresidencialismo português não causam embaraço aos cidadãos nem dificultam a aplicação da função castigo-recompensa prevista pela teoria do voto económico. Mesmo durante um período de governo dual unipartidário, em que o presidente concluía um longo período de gestão e o primeiro-ministro não terminara ainda o seu primeiro ano de mandato, os portugueses puniam o chefe do governo (e não o chefe de Estado) pelas condições económicas...”*

<sup>19</sup>Para um estudo comparativo entre diversos países, consultar: van der Brug, W., C. van der Eijk, and M. Franklin (2007). *The Economy and the Vote: Economic Conditions and Elections in Fifteen Countries*. Cambridge: Cambridge University Press.

<sup>20</sup>Gramacho, Wladimir . *Popularidade e economia no semipresidencialismo português. Análise Social (Lisboa)*, v. XLIII, p. 531-550, 2008.

Estabelecida a validade da variável política relativamente aos atores (incumbente e *challenger*) que disputam o acto eleitoral, há que mencionar o *timing* eleitoral. As eleições só por quatro vezes se realizaram na data marcada – três em sequência de maiorias absolutas e uma em minoria, mas com um compromisso internacional e interno em função da adesão de Portugal à moeda única europeia. O que parece sugerir que governos de coligação ou minoritários dificilmente conseguem concluir a legislatura.

Desta forma, embora não seja claro que a gestão de política económica por parte de um governo minoritário ou de coligação seja menos eficaz na adequação ao calendário eleitoral, o cenário de eleições antecipadas tem de ser considerado.

### Quadro 3 – Antecipação dos Actos Eleitorais para a Assembleia da República

Data	Incumbente	Governo	Eleição	Resultado	Governo
06/10/1985	PS	Coligação	Antecipada	PSD	Minoritário
19/07/1987	PSD	Minoritário	Antecipada	PSD	Maioria Absoluta
06/10/1991	PSD	Maioria Absoluta	Normal	PSD	Maioria Absoluta
01/10/1995	PSD	Maioria Absoluta	Normal	PS	Minoritário
10/10/1999	PS	Minoritário	Normal	PS	Minoritário
17/03/2002	PS	Minoritário	Antecipada	PSD	Coligação
20/02/2005	PSD	Coligação	Antecipada	PS	Maioria Absoluta
27/09/2009	PS	Maioria Absoluta	Normal	PS	Minoritário

Fonte: CNE

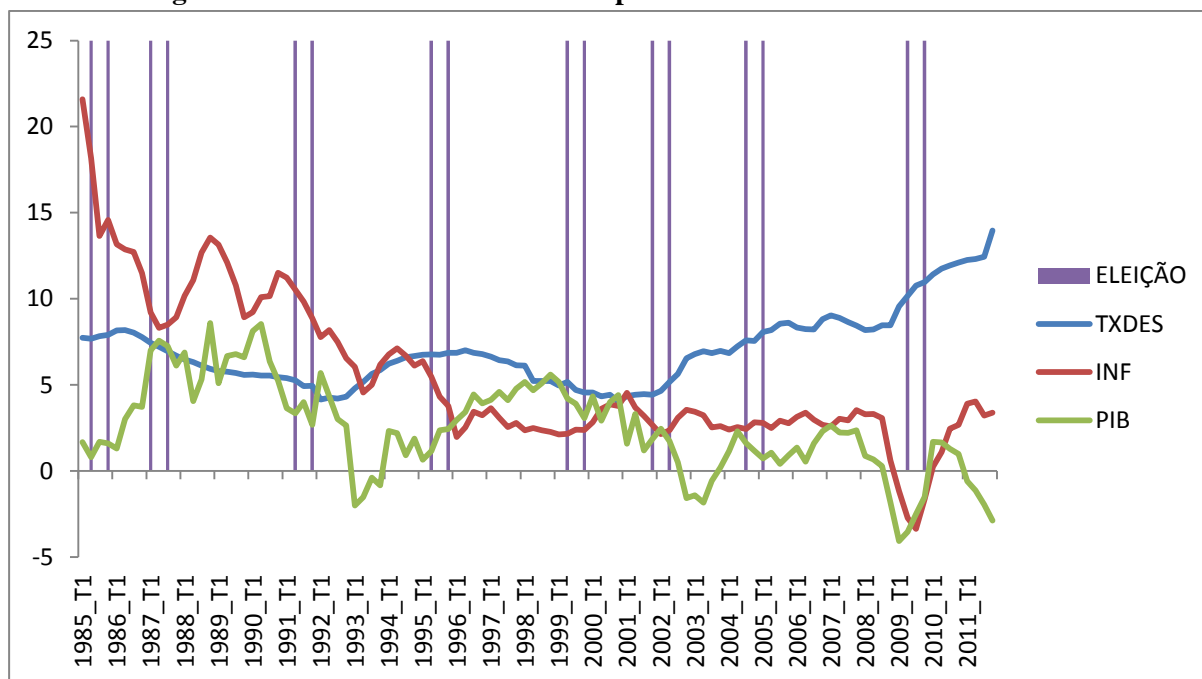
Uma análise de ciclos político-económicos tem de possuir alguma medida de desempenho económico com desfasamento em relação ao acto eleitoral. É também o caso no presente trabalho, que segue os valores apresentados na seguinte série longa do Banco de Portugal (BdP): “Quarterly Series for the Portuguese Economy: 1977-2011”, publicada no Relatório de Verão de 2012<sup>21</sup>. A escolha desta publicação em particular apresenta diversas vantagens, a saber: apresentação do conjunto de dados (PIB, Consumo Publico, Taxa de Inflação – através do deflator de consumo privado, Transferências Internas, Taxa de desemprego) para a totalidade do período em análise numa base trimestral, com os valores numa única moeda, tendo como base o ano de 2006.

A partir deste momento, podemos elaborar uma análise cronológica das series económicas, elencando os aspectos geralmente presentes nas teorias de ciclos político-económicos, a taxa de inflação e a taxa de desemprego. A evolução homóloga do PIB foi acrescentada para maior clareza na análise dos dados.

<sup>21</sup> Banco de Portugal - Economic Bulletin, Economic Bulletin Summer 2012, Report - 25 July 2012



**Figura 1 – Momentos eleitorais e comportamento das variáveis económicas**



## CAPITULO III

No decurso deste capítulo, pretende-se estabelecer a metodologia a aplicar as variáveis de natureza económica e política a serem analisadas.

A análise estatística será realizada com o recurso à ANOVA (Analysis of variance) é um método de regressão linear frequentemente utilizado para aferir se várias populações têm a mesma média, comparando o afastamento entre as médias amostrais com a variação existente dentro das amostras.

A estatística F da ANOVA  $F = \text{variação (entre médias amostrais)} / \text{variação (entre indivíduos dentro das amostras)}$

As medidas de variação no numerador e denominador de F são chamadas de médias quadráticas. A estatística F testa a hipótese nula de que todas as populações têm a mesma média:

**H0:**  $\mu_1 = \mu_2 = \mu_3 = \mu$

**HA:** nem todos os  $\mu$  são iguais.

Para a determinação da zona de rejeição e não rejeição do teste F utilizamos um valor de fronteira denominado p-value. Formalmente definido como a probabilidade de se obter uma estatística de teste igual ou mais extrema quanto aquela observada em uma amostra, assumindo como verdadeira a hipótese nula. Assim temos que quanto maior for a heterogeneidade entre os grupos e maior a homogeneidade dentro de cada um dos grupos, maior a duvida recai sobre a veracidade de H0.

A princípio, a hipótese nula é considerada a verdadeira. Ao confrontarmos a hipótese nula com os achados de uma amostra aleatória tomada de uma população de interesse, verifica-se a sua plausibilidade em termos probabilísticos, o que nos leva a rejeitarmos ou não **H0**. Se não rejeitamos **H0**, tomamo-la como verdadeira, caso contrário, tomamos **HA** como verdadeira.

Numa primeira fase vamos explorar através de análise de regressão múltipla, a relação entre a Taxa de variação do PIB, Taxa de desemprego e Taxa de inflação – tendo-se verificado as seguintes relações para o total do período:

#### Quadro 4 – Relação entre a taxa de desemprego e a taxa de inflação (1985-2009)

<i>Estatística de regressão</i>					
R múltiplo		0.24323529			
Quadrado de R		0.059163406			
Quadrado de R ajustado		0.05028759			
Erro-padrão		2.083323259			
Observações		108			

ANOVA					
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	1	28.93064796	28.93064796	6.665685759	0.011194169
Residual	106	460.0649948	4.3402358		
Total	107	488.9956428			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro-padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor P</i>
Interceptar	7.648718466	0.32084014	23.83965568	2.16595E-44
INF	-0.119175842	0.046160001	-2.581798938	0.011194169

Pelo que podemos observar, até por simples visualização do Gráfico 1, a taxa de inflação possui uma relação com a taxa de desemprego. Esta observação, deve contudo, ser enquadrada no âmbito de uma correlação macroeconómica, pois segundo a teoria da curva de Philips, no curto prazo a taxa de desemprego tem uma relação de correlação negativa com a taxa de inflação, permitindo um *tradeoff* entre inflação e desemprego. As razões para esta relação negativa prendem-se com o facto de os salários tenderem a aumentar quando o desemprego é reduzido e vice-versa; como os salários constituem um dos mais importantes componentes dos custos de produção, um aumento dos salários conduzirá a um aumento dos preços.

O quadro ANOVA acima descreve a relação como sendo significativa (teste  $F < 0.1$  e o  $p\text{-value} < 0,05$ ), pelo que se rejeita a hipótese nula de as médias serem idênticas.

Em relação à taxa de variação homóloga do PIB e a sua relação entre as variáveis, podemos identificar claramente a existência de um forte poder explicativo que esta exerce sobre a inflação e o emprego – em sinais opostos.

## Quadro 5 – Relação entre a taxa de variação homóloga do PIB, taxa de desemprego e taxa de inflação (1985-2009)

Relação entre TXDES e PIB			Relação entre INF e PIB		
<i>Estatística de regressão</i>			<i>Estatística de regressão</i>		
R múltiplo	0.501880388		R múltiplo	0.441660541	
Quadrado de R	0.251883924		Quadrado de R	0.195064033	
Quadrado de R ajustado	0.244826225		Quadrado de R ajustado	0.187470297	
Erro-padrão	2.355181544		Erro-padrão	2.442983661	
Observações	108		Observações	108	
	<i>Coefficientes</i>	<i>valor P</i>		<i>Coefficientes</i>	<i>valor P</i>
Interceptar	6.923516562	1.82315E-14	Interceptar	0.979583819	0.010545
TXDES	-0.6362687	3.13899E-08	INF	0.274340911	1.71E-06

Os resultados são consistentes com a teoria económica para a totalidade do período. Com efeito, se o aumento do PIB é conseguido através da expansão da procura agregada, é provável que exista um aumento da inflação. À medida que uma dada economia atinge o limite superior da sua capacidade produtiva, os preços tem tendência a aumentar devido a restrições na oferta. Por outro lado, a maximização da capacidade produtiva contribui numa primeira fase para a diminuição do desemprego, e uma vez atingida a taxa natural, para o aumento de salários, o que por sua vez desloca o nível de preços para um patamar superior – aumentando a inflação.

A taxa de variação homóloga do PIB explica 50% da variação da taxa de desemprego, e 44,1% da variação na inflação. O coeficiente de determinação múltipla (R múltiplo), constitui uma medida da qualidade do ajustamento e determina a capacidade explicativa das variáveis em relação aos resultados apresentados. Uma vez estabelecidas as relações entre as variáveis de natureza mais económica, urge fazer a ligação com a intervenção política na área económica.

A interacção entre as variáveis de natureza económica e as de natureza política nunca estaria completa sem estas últimas. A primeira bateria de testes será efectuada com as seguintes variáveis políticas *dummies* de muito curto prazo (6 a 9 meses antes do acto eleitoral):

**ANT\_ELE** {+1 nos três trimestres anteriores a uma eleição, incluindo o trimestre eleitoral; 0 nos restantes trimestres;

**DEP\_ELE** {+1 nos três trimestres posteriores a uma eleição, incluindo o trimestre eleitoral; 0 nos restantes trimestres};

O comportamento expectável destas variáveis seria – em caso de políticas económicas oportunistas – uma tendência para a redução da taxa de desemprego e subida da inflação antes das eleições, tendo por objectivo potenciar as probabilidades do *Incumbente*.

Da avaliação efectuada para o conjunto do período, expressa no quadro seguinte, podemos observar que a relação entre o momento eleitoral, a taxa de desemprego e a taxa de inflação não são estatisticamente significativas. Podemos concluir que para a totalidade do período 1985-2009, os meses imediatamente anteriores e posteriores aos momentos eleitorais não apresentam diferenças significativas para a média do total do período. Estas não são estatisticamente significativas e tem de ser desconsideradas como factor explicativo no que á inflação e taxa de desemprego dizem respeito. Entre as razões que podem ser sugeridas para este resultado é importante destacar em primeiro lugar o impacto da União Monetária e o processo de transição para a Moeda Única. Com efeito, a política cambial foi fortemente condicionada a partir de 1992 e dez anos depois o Euro substituiria o Escudo, sendo que a partir de 1998 já não se pode considerar que Portugal possuísse uma política monetária autónoma.

### Quadro 6 – Relação entre o momento eleitoral, taxa de desemprego e taxa de inflação (1985-2009)

Relação entre TXDES e Eleição			Relação entre INF e Eleição		
<i>Estatística de regressão</i>			<i>Estatística de regressão</i>		
R múltiplo	0.03961027		R múltiplo	0.048525533	
Quadrado de R	0.001568974		Quadrado de R	0.002354727	
Quadrado de R ajustado	-0.01744876		Quadrado de R ajustado	-0.01664804	
Erro-padrão	2.156338214		Erro-padrão	2.732664112	
Observações	108		Observações	108	
ANOVA			ANOVA		
	<i>F</i>	<i>F de significância</i>		<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	0.082500551	0.920870559	Regressão	0.123914971	0.883584
Residual			Residual		
Total			Total		
	<i>Coefficientes</i>	<i>valor P</i>		<i>Coefficientes</i>	<i>valor P</i>
Interceptar	7.039719728	4.39583E-50	Interceptar	2.476008167	8.37E-12
ANT_ELE	-0.20475557	0.685535409	ANT_ELE	-0.25683087	0.688575
DEP_ELE	0.034899021	0.944956189	DEP_ELE	0.222503165	0.728401

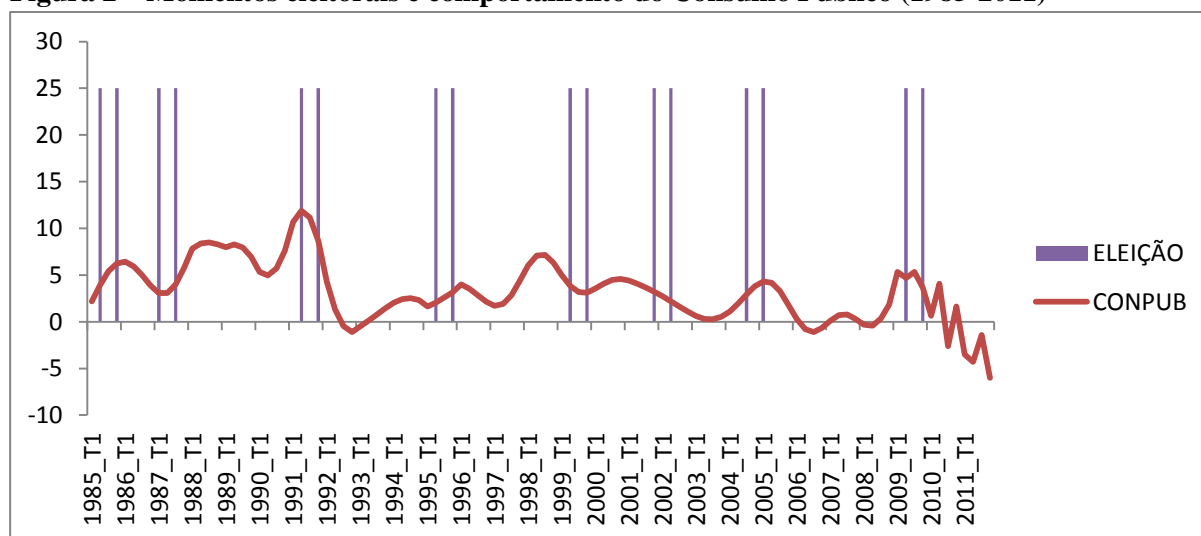
Estes resultados, colocam uma dificuldade séria na prossecução do estudo dos ciclos político-económicos de acordo com o modelo tradicional exposto por Nordhaus, pelo que se torna necessário olhar para os seus críticos e prossecutores no sentido de encontrar uma alternativa simultaneamente acessível e com solida fundamentação teórica.

De acordo com a apreciação de Rogoff<sup>22</sup> (1990) acerca dos modelos oportunistas de ciclos político-económicos baseados na abordagem Keynesiana da exploração da curva de Phillips: *“The Keynesian theory as generated a plethora of empirical studies aimed at testing for electoral cycles in national output, unemployment, and inflation... the results have been mixed. The equilibrium political budget cycle theory suggests that it would be more promising to focus empirical research on testing for electoral cycles in taxes, transfers, and government consumption spending...”*

Dada a fragilidade da relação das variáveis taxa de desemprego e inflação com as variáveis políticas escolhidas, e na sequência do exposto, foi decidido utilizar numa primeira fase como variável explicativa a taxa de variação homóloga trimestral do consumo público. O consumo público constitui o conjunto das remunerações e compras de bens e serviços por parte das Administrações Públicas.

Numa segunda fase da análise, vamos utilizar a taxa de variação homóloga trimestral das transferências internas. Que corresponde muito aproximadamente do ponto de vista estatístico ao conceito de transferências públicas – recursos financeiros que as Administrações Públicas transferem para o sector privado sem contrapartida em bens ou serviços.

**Figura 2 – Momentos eleitorais e comportamento do Consumo Público (1985-2011)**



<sup>22</sup> Rogoff, Kenneth S., Equilibrium Political Budget Cycles (July 1990). NBER Working Paper No. w2428

O Consumo Público é um dos componentes da despesa interna utilizada para calcular o PIB e abarca as despesas correntes do Estado, isto é, as despesas com educação, saúde, defesa nacional, justiça, manutenção de infra-estruturas, salários dos funcionários públicos, etc. Não inclui as despesas de capital, nomeadamente as despesas com aquisição de máquinas e instalações (as quais são consideradas como investimento), nem as transferências efectuadas a título de subsídios de desemprego, abonos de família, entre outros, de forma a evitar a dupla contabilização.

O consumo público, enquanto componente da despesa, é um importante instrumento de política económica do Estado, sendo geralmente utilizado em épocas de recessão económica para estimular a recuperação económica, e é precisamente esta capacidade de estimular políticas expansionistas que torna este indicador adequado ao estudo dos ciclos político-económicos.

De uma forma mais simples, podemos equivaler a despesa de consumo final das Administrações Públicas ao G na equação fundamental da macroeconomia ( $Y = C + G + I + X - M$ ). A variação homóloga permitir-nos-á a identificação de momentos em que os decisores políticos pretendem promover medidas expansionistas e relacionar o *timing* das mesmas com o ciclo eleitoral.

### Quadro 7 – Comportamento da taxa de variação homóloga do Consumo Público antes do ato eleitoral (1985-2009)

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0.217631075
Quadrado de R	0.047363285
Quadrado de R ajustado	0.038376146
Erro-padrão	3.096729666
Observações	108

ANOVA					
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	1	50.53903617	50.53903617	5.270118324	0.023662665
Residual	106	1016.51187	9.589734625		
Total	107	1067.050906			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro-padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor P</i>
Interceptar	2.85554285	0.337880907	8.451329417	1.673E-13
ANT_ELE	1.645432577	0.716753642	2.295673828	0.023662665

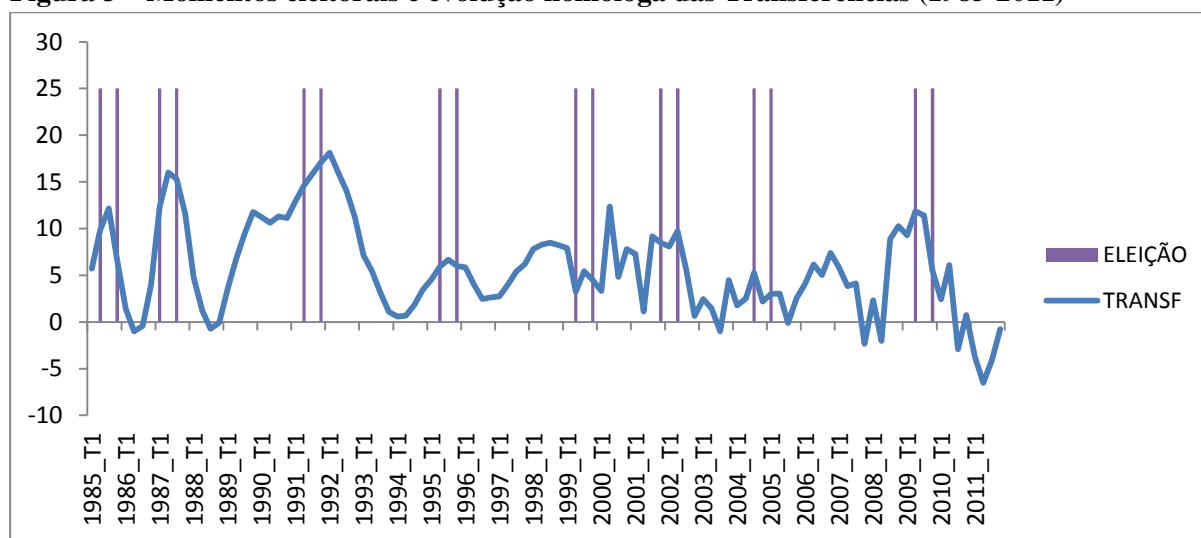
Somos forçados a concluir que a hipótese nula, que variação do consumo público é igual à média para o período, é rejeitada, com um grau de significância de 95%.

A taxa de variação homóloga trimestral das transferências internas, que iremos apresentar de seguida, constitui um bom *proxy* para o conjunto das transferências das Administrações Públicas. Estas incluem: pensões de reforma, pensões de invalidez, subsídios de desemprego, rendimento social de inserção, abono de família entre outras eventuais prestações que não exigem qualquer contrapartida por parte de quem as recebe.

O rendimento disponível das famílias resulta do rendimento que as famílias irão possuir após auferirem o rendimento bruto, pagarem impostos (diretos, ou seja sobre o seu rendimento) e receberem diversos tipos de prestações por parte do Estado (transferências).

No entanto, uma vez que pode ser um instrumento útil de *pork barrel politics*<sup>23</sup> em ano eleitoral, é um indicador que tem de ser avaliado com alguma prudência, dado o grande volume de recursos monetários afectos a estabilizadores automáticos<sup>24</sup>.

**Figura 3 – Momentos eleitorais e evolução homóloga das Transferências (1985-2011)**



<sup>23</sup> No sentido que beneficia um determinado grupo de cidadãos a expensas da totalidade dos contribuintes.

<sup>24</sup> Um estabilizador automático é qualquer mecanismo existente na economia que reduza automaticamente – isto é, sem a intervenção pontual do Estado – o valor da variação do produto como reação á variação da procura autónoma.



**Quadro 8 – Comportamento da taxa de variação homóloga das Transferências Internas antes do acto eleitoral (1985-2009)**

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0.345353142
Quadrado de R	0.119268793
Quadrado de R ajustado	0.110960008
Erro-padrão	4.715638212
Observações	108

ANOVA					
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	1	319.2054216	319.2054216	14.35454075	0.000251676
Residual	106	2357.147837	22.23724375		
Total	107	2676.353259			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro-padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor P</i>
Interceptar	4.818426096	0.511482778	9.420505053	1.13144E-15
ANT_ELE	4.199268328	1.10835523	3.788738676	0.000251676

Mais uma vez, e desta por larga margem, somos forçados a concluir que a hipótese nula, que variação do consumo público é igual à média para o período, é rejeitada, com um grau de significância de 95%.

Os resultados obtidos exigem que se aborde a questão de uma forma mais pormenorizada. Todos os actos eleitorais foram utilizados na análise, e embora esta seja uma metodologia abrangente e linear, a realidade é bem mais diversa, com Governos de minoria, coligação e maioria absoluta. *A posteriori*, podemos dividir os Governos entre aqueles que concluíram a legislatura no prazo previsto pela lei, e aqueles que foram forçados a enfrentar eleições antecipadas. Dada a maior conformidade dos períodos em que a legislatura foi concluída com os pressupostos iniciais do modelo de Nordhaus, a análise irá focar-se mais nestes períodos.

De seguida, iremos analisar exactamente as mesmas variáveis para os períodos onde esse pressuposto se verificou – as duas maiorias absolutas do PSD com Cavaco Silva (1987-991) e (1991-1995); o governo minoritário do PS de António Guterres (1995-1999) e finalmente a maioria absoluta do PS com José Sócrates (2005-2009).

## Quadro 9 – Comportamento das taxas de variação homóloga do Consumo Público e Transferências Internas em períodos de legislatura completa

Taxa de Variação Homóloga do Consumo Público <i>Legislaturas completas</i>			Taxa de Variação Homóloga das Transferências Internas <i>Legislaturas completas</i>		
<i>Estatística de regressão</i>			<i>Estatística de regressão</i>		
R múltiplo	0.212948343		R múltiplo	0.258624313	
Quadrado de R	0.045346997		Quadrado de R	0.066886535	
Quadrado de R ajustado	0.031307982		Quadrado de R ajustado	0.053164279	
Erro-padrão	3.145605621		Erro-padrão	4.629239792	
Observações	70		Observações	70	
ANOVA			ANOVA		
	<i>F</i>	<i>F de significância</i>		<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	3.230069729	0.076737876	Regressão	4.874310131	0.030635905
Residual			Residual		
Total			Total		
	<i>Coefficientes</i>	<i>valor P</i>		<i>Coefficientes</i>	<i>valor P</i>
Interceptar	3.421786575	1.21849E-11	Interceptar	5.982158247	2.11035E-14
ANT_ELE	1.689278325	0.076737876	ANT_ELE	3.053917111	0.030635905

Como podemos observar, a partir dos dados do quadro, os valores sugerem comportamentos oportunistas por parte dos responsáveis políticos no conjunto dos Governos que cumpriram a legislatura completa, em relação à rubrica de Transferências Internas, dado que o P-value ( $p < 0,05$ ). Contudo, as variações do Consumo Público são consistentes com a média no período, pelo que não se podem inferir relações de causalidade entre o momento eleitoral e a alocação de fundos para esta variável.

No caso do Consumo Público, os valores são tão mais surpreendentes quando se considera que a variável possui indícios de comportamento oportunista para a totalidade do período. Verifica-se que a diminuição do número de elementos teve o efeito de tornar mais difícil a análise, em virtude da variância associada aos ciclos económicos.

Com efeito, considerar a totalidade dos trimestres tem a virtude de harmonizar a tendência e diminuir a variabilidade associada a picos ou quebras de atividade económica.

Uma última análise será efetuada no sentido de averiguar, caso a caso, quais os atos eleitorais que satisfazem os critérios comumente associados com a teoria oportunista.

## Quadro 10 – Comportamento das taxas de variação homóloga do Consumo Público para cada um dos períodos de legislatura completa

### XI Governo Constitucional Eleição 06/10/1991

### XII Governo Constitucional Eleição 01/10/1995

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,626811483
Quadrado de R	0,392892635
Quadrado de R ajustado	0,352418811
Erro-padrão	1,570639547
Observações	17

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,491753105
Quadrado de R	0,241821117
Quadrado de R ajustado	0,183499664
Erro-padrão	1,18072252
Observações	15

ANOVA		
	<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	9,707326697	0,007086847
Residual		
Total		

ANOVA		
	<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	4,146349342	0,062628
Residual		
Total		

	<i>Coefficientes</i>	<i>valor P</i>
Intercetar	7,441887784	1,79615E-11
ANT_ELE	3,113337242	0,007086847

	<i>Coefficientes</i>	<i>valor P</i>
Intercetar	1,047563187	0,00889
ANT_ELE	1,551940871	0,062628

### XIII Governo Constitucional Eleição 10/10/1999

### XVII Governo Constitucional Eleição 27/09/2009

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,196985852
Quadrado de R	0,038803426
Quadrado de R ajustado	-0,03513477
Erro-padrão	1,87385622
Observações	15

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,676884045
Quadrado de R	0,45817201
Quadrado de R ajustado	0,42430776
Erro-padrão	1,62932715
Observações	18

ANOVA		
	<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	0,524808922	0,481632907
Residual		
Total		

ANOVA		
	<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	13,52966677	0,002034
Residual		
Total		

	<i>Coefficientes</i>	<i>valor P</i>
Intercetar	4,24591854	2,75239E-06
ANT_ELE	-0,87625649	0,481632907

	<i>Coefficientes</i>	<i>valor P</i>
Intercetar	0,761866134	0,088958
ANT_ELE	3,790372043	0,002034

Dos atos eleitorais supra referidos, apenas o de 1991 e de 2009 apresentam indícios de manipulação do Consumo Público para efeitos eleitorais. Este exemplo é ilustrativo da extrema dificuldade de associar um determinado comportamento económico com ciclos eleitorais. Das quatro hipóteses mais favoráveis, em termos políticos para a execução de

políticas expansionistas em calendário pré-eleitoral, apenas por duas vezes tal se verificou. E mesmo nestes casos, só a eleição de 1991 pode ser verdadeiramente considerada como demonstrando uma política expansionista pró cíclica, dado que os valores de 2009 coincidem com uma forte contracção do PIB – o que por si só justificaria uma política expansionista, independente de considerações eleitorais.

### Quadro 11 – Comportamento das taxas de variação homóloga das Transferências Internas para cada um dos períodos de legislatura completa

#### XI Governo Constitucional Eleição 06/10/1991

<i>Estatística de regressão</i>		
R múltiplo	0,61986756	
Quadrado de R	0,384235792	
Quadrado de R ajustado	0,340252634	
Erro-padrão	4,573736298	
Observações	16	

ANOVA		
	<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	8,735975575	0,010428223
Residual		
Total		

	<i>Coefficients</i>	<i>P-value</i>
Interceptar	7,216794364	5,59193E-05
ANT_ELE	8,658736327	0,010428223

#### XII Governo Constitucional Eleição 01/10/1995

<i>Estatística de regressão</i>		
R múltiplo	0,038183627	
Quadrado de R	0,001457989	
Quadrado de R ajustado	-0,07535293	
Erro-padrão	4,884133494	
Observações	15	

ANOVA		
	<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	0,018981537	0,892530518
Residual		
Total		

	<i>Coefficients</i>	<i>P-value</i>
Interceptar	5,762006754	0,00128468
ANT_ELE	0,434357767	0,892530518

#### XIII Governo Constitucional Eleição 10/10/1999

<i>Estatística de regressão</i>		
R múltiplo	0,237918182	
Quadrado de R	0,056605061	
Quadrado de R ajustado	-0,01596378	
Erro-padrão	2,272227113	
Observações	15	

ANOVA		
	<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	0,780018812	0,393175039
Residual		
Total		

	<i>Coefficients</i>	<i>P-value</i>
Interceptar	5,680602247	9,28755E-07
ANT_ELE	-1,295384378	0,393175039

#### XVII Governo Constitucional Eleição 27/09/2009

<i>Estatística de regressão</i>		
R múltiplo	0,47769167	
Quadrado de R	0,228189332	
Quadrado de R ajustado	0,179951165	
Erro-padrão	3,814292809	
Observações	18	

ANOVA		
	<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	4,730472718	0,044973892
Residual		
Total		

	<i>Coefficients</i>	<i>P-value</i>
Interceptar	4,353323181	0,000428783
ANT_ELE	5,246821577	0,044973892

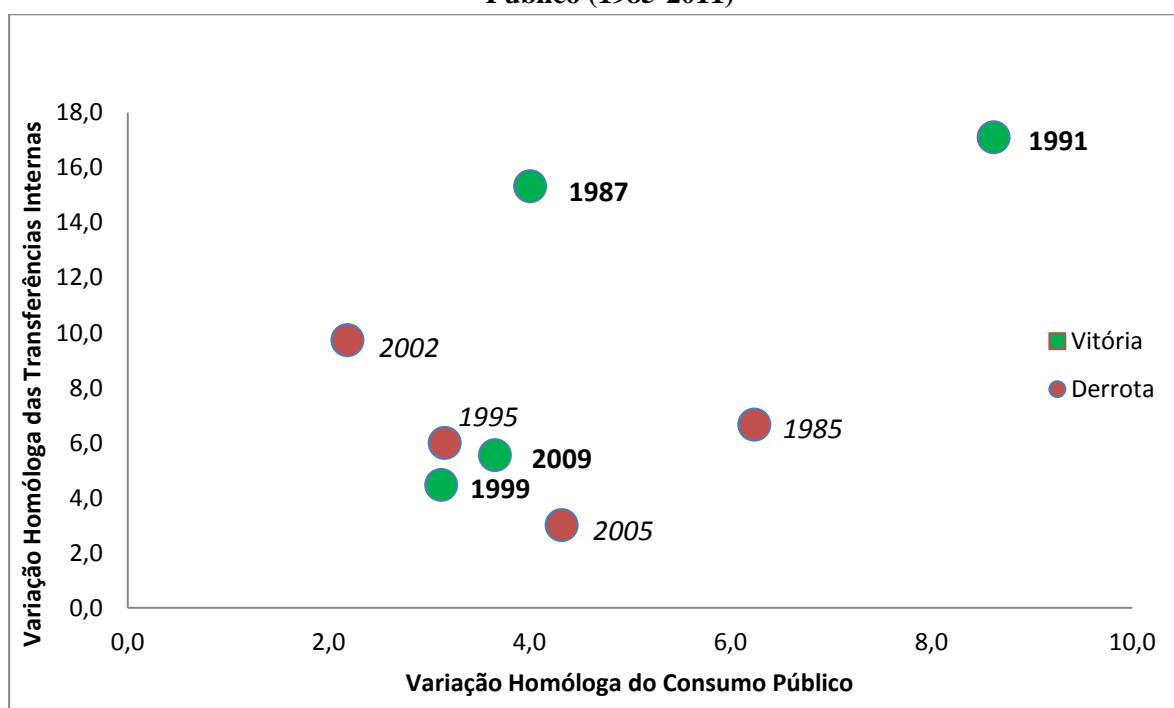
Por outro lado, pode observar-se nestes dois momentos eleitorais (1991 e 2009) que ambos os valores de P-value em relação as transferências, sugerem que existiu uma alteração significativa em relação à média do período.

Contudo temos de interpretar estes momentos com cautela, tendo em atenção a elevada variação dos valores observados ao longo de todo o período em análise.

Quando observamos os valores relativos às Transferências Internas, o quadro ainda se apresenta mais complexo, dado que apenas as eleições de 1991 e 2009 tiveram variações significativas que indiciem uso oportunista por parte do executivo deste instrumento de política pública. E mais uma vez a proximidade da crise económica em 2009 não descarta a possibilidade da necessidade de medidas expansionistas independentemente do calendário eleitoral.

Com efeito, a variação ao longo do período tem sido elevada em ambas as dimensões da análise como o gráfico seguinte demonstra.

**Figura 4 – Momentos eleitorais e Variação homóloga das Transferências Internas e do Consumo Público (1985-2011)**



## CONCLUSÃO

A realidade da competição política não poderá ser nunca reduzida a um simples modelo cuja capacidade explicativa abarque todas as variáveis explicativas da interação humana. Não obstante, isso não significa que o fenómeno não possa ser estudado, enquadrado e compreendido no âmbito de modelos económicos de comportamento racional. O modelo de ciclos político-económicos pretende realizar isso mesmo.

O caso português apresenta diversos desafios de ordem política e económica para o estudo destas matérias: eleições endógenas, multipartidarismo, governos minoritários, de coligação, semipresidencialismo e ausência de moeda própria com a adesão ao Euro.

Do estudo empírico ressalva que o modelo clássico proposto por Nordhaus, não se verifica para o caso português – nenhuma relação foi provada entre o ciclo eleitoral e as variações na taxa de desemprego e inflação. A partir do momento em que Portugal aderiu ao Sistema Monetário Europeu, as variações cambiais ficaram fortemente condicionadas, com a entrada em 6 de Abril de 1992 no Mecanismo de Taxas de Câmbio, a margem reduziu-se significativamente, e em Maio de 1998 as taxas foram fixadas pela última vez como preparação para a adesão ao Euro. Neste contexto, seria extremamente improvável que um acto eleitoral pudesse acomodar uma política monetária “benevolente” para o *Incumbente*, que não derivasse de factores exógenos muito para além do seu controlo.

Rejeitamos portanto a existência de oportunismo relacionado com a inflação e o desemprego, para o conjunto dos anos em análise.

Contudo, os governos gozaram durante todo o período em análise, de autonomia em termos de política orçamental e é aí que devemos procurar a prova da existência de ciclos político-económicos nas eleições para a Assembleia da República.

No trabalho tivemos em conta a análise gráfica e estatística das series temporais. Em geral, esta última confere um maior valor de prova ao fenómeno que se pretende analisar porque se baseia em regularidades matemáticas. Mas a conjugação dos dois métodos permite superar as limitações das variáveis políticas *dummies* – visto que cada eleição configura em si mesma um contexto que supera a mera adequação estatística.

O ideal teria sido conjugar estes métodos com uma expressão matemática que pudesse balizar a variabilidade das alterações de política, como a inclusão de uma serie europeia para as variáveis em análise. Infelizmente, as contas nacionais compiladas pelo EUROSTAT possuem um alcance bem mais curto que a totalidade do período em análise. Como possibilidade futura de investigação creio que a serie europeia, compilada desde 1995 pode fornecer bons indicadores para um modelo que englobe uma variável robusta do ciclo económico da Zona Euro.

Da análise gráfica, verificou-se uma tendência oportunista na evolução da taxa de consumo público e transferências internas, especialmente na eleição de 1991. Da mesma análise estatística ressalva que ambas as variáveis mantêm a tendência oportunista em todo o período – constituindo elementos importantes a ter em conta em futuros estudos relativos aos ciclos político-económicos.

Curiosamente, os valores não se aproximam mais do modelo proposto por Nordhaus em maioria absoluta que em maioria relativa, o que poderá sugerir explicações alternativas para o fenómeno em questão. Para além da questão da inadequação da política monetária ao modelo, já citada, o facto de o próprio modelo político português não gerar com facilidade maiorias estáveis que cumpram a totalidade da legislatura é um aspecto a ter em conta, em futuras aplicações do modelo dos ciclos político-económicos ao caso nacional.

Embora os objetivos da pesquisa tenham sido alcançados, os resultados obtidos sugerem novas questões, tal como a estabilidade das alianças partidárias em governos de coligação. Qual o impacto das alianças políticas no comportamento do Consumo Público e Transferências Internas? Por outro lado, qual a influência de actos eleitorais não legislativos (autárquicos, europeus ou regionais) na leitura que os actores políticos fazem das preferências do eleitorado e como isso afecta a gestão do ciclo?

No decurso do trabalho não foram analisados modelos partidários, o que poderá constituir uma via de investigação futura, mas os dados analisados indicam tendências oportunistas ao longo de todo o espectro político.

Não obstante, permanecem temas validos de investigação a alocação de recursos entre Governos de esquerda e direita, bem como o comportamento do eleitorado (recompensa ou censura) face às opções ideológicas dos Governos na distribuição desses mesmos recursos.

Uma palavra final para o comportamento do próprio ciclo económico – os modelos oportunistas prevêem a prossecução de uma política expansionista por parte do Incumbente nos meses imediatamente anteriores à eleição – contudo, tendo a política económica um âmbito muito mais vasto que a simples gestão do ciclo eleitoral, não se apresenta fácil a distinção entre políticas conjunturais contra cíclicas e gestão eleitoral.

Em conclusão, mesmo Portugal - uma pequena economia aberta ao exterior, integrada numa União Monetária e com um regime político semipresidencialista – que à partida seria um fraco candidato à verificação de ciclos político-económicos oportunistas - mantém durante todo o período uma tendência oportunista nas variáveis Consumo Público e Transferências Internas.

**~ FINIS ~**





## **BIBLIOGRAFIA**

**Alesina, A.** 1987. "Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a Repeated Game."

*Quarterly Journal of Economics.*

**Alesina, A. , N. Roubini, and G. Cohen.** 1997. Political Cycles and the Macroeconomy, *MIT Press.*

**Alesina, A. and J. Sachs.** 1988. "Political Parties and Business Cycle in the United States, 1948-84." *Journal of Money, Credit, and Banking.*

**Drazen, Allan,** 2000. Political Economy in Macroeconomics. *Princeton.*

**Gerald H. Kramer.** 1971. "Short-Term Fluctuations in U.S. Voting Behavior, 1896-1964." *"American Political Science Review"* 71 (March): 131-43

**Gramacho, Wladimir,** 2008 . Popularidade e economia no semipresidencialismo português. *Análise Social* (Lisboa), v. XLIII, p. 531-550, 2008.

**Hibbs, D.A. Jr.** 1977. "Political Parties and Macroeconomic Policy," in *Political Business Cycles.*

**Kalecki, M.** 1943. "Political Aspects of Full Employment," in *Political Business Cycles*

**Krause, G.** 2005. Electoral incentives, political business cycles and macroeconomic performance: empirical evidence from post-war US personal income growth. *British Journal of Political Science*, 35, 77-101

**Martins, R.,** 2002. As teorias de ciclos políticos e o caso português. *Grupo de Estudos Monetários e Financeiros (GEMF)*. Nº 5. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

**Nordhaus, W. D.** 1975. "The Political Business Cycle.", in *Review of Economic Studies*

**Persson, T. and G. Tabellini.** 1990. Macroeconomic Policy, Credibility, and Politics, *Harwood Academic Publishers.*

**Rogoff, K. and A. Sibert.** 1988. "Elections and Macroeconomic Policy Cycles." *Review of Economic Studies*

**Rogoff, Kenneth S.** 1990, Equilibrium Political Budget Cycles (July 1990). *NBER Working Paper No. w2428*

**Tufte, E.** 1978. Political Control of the Economy. New Jersey: *Princeton University Press*

**van der Brug, W., C. van der Eijk, and M. Franklin** 2007. The Economy and the Vote: Economic Conditions and Elections in Fifteen Countries. Cambridge: *Cambridge University Press*.

# **CURRICULUM VITAE**

## **Informação Geral**

Nome: João Luis Monteiro Miguel

Morada: Rua Francisco Lyon de Castro, Edifício H, nº14 1B 1600-311 Lisboa

Telefone: 966413255

e-mail: joaoluismonteiriomiguel@gmail.com

Nacionalidade: Portuguesa

Data de nascimento: 27/08/1978

B.I. nº: 11214200

Carta de condução: Carta de veículos ligeiros.

## **Formação Académica**

[2011] ISCTE-IUL, Escola de Sociologia e Políticas Públicas. Mestrado de Políticas Públicas. Conclusão da parte curricular em 2012.(14 Valores)

[2005] Universidade do Algarve, Faculdade de Economia, curso de Mestrado em Gestão Empresarial. Conclusão da parte curricular em 2006.(14 Valores)

[1997-2003] Universidade do Algarve, Faculdade de Economia, Licenciatura em Economia (11 Valores).

[1997] Conclusão do 12º Ano, Agrupamento Económico-social, na Escola Secundaria Padre António Macedo, em Vila Nova de Santo André.

## **Formação Profissional**

[2009] Curso de Formação “POCP – Plano Oficial de Contabilidade Publica”

[2009] Curso de Formação “O novo regime de vinculação de Carreiras e Remunerações”

[2009] Curso de Formação “Regime do contrato de trabalho em Funções Públicas”

[2009] Curso de Formação “Oracle Discoverer - SCC”

[2008] Curso de Formação “O novo código dos contratos públicos”

[2006] Curso de Formação no âmbito do PEPAP – Administração Pública.

[2004] Curso de Formação de Formadores.

[2004] Curso de Formação no âmbito do Programa REDE – Gestão de PME’s.

## **Aptidões e Competências Técnicas**

Bons conhecimentos de informática na óptica do utilizador, nomeadamente em: Windows XP, Word, Excel, Access, PowerPoint, SPSS e Internet.

## **Línguas**

Primeira língua: Português.

Excelente compreensão e expressão da língua inglesa, oral e escrita.

## **Experiência Profissional**

[Maio 2011 – Até ao presente] – Técnico Superior de Estatística, Departamento de Contas Nacionais, Instituto Nacional de Estatística.

Actividades desenvolvidas: Elaboração das Contas Nacionais das Administrações Publicas. Reporte do Procedimento de Défice Excessivo. Harmonização da Contas das Nacionais de

acordo com os critérios do SEC 95. Definição do Universo das Administrações Públicas de acordo com os critérios do SEC 95 .

[Dezembro 2008 – Maio 2011] – Técnico Superior de Orçamento e Conta na Direcção Geral do Orçamento, Direcção de Serviços do Orçamento.

Actividades desenvolvidas: Participação no Projecto BIORC (Sistema de Suporte à Análise Orçamental). Exercício de funções no âmbito da elaboração do Orçamento do Estado, incluindo as contas consolidadas do sector público administrativo. Assegurar a função de controlo e acompanhamento da execução orçamental. Preparação e análise sistemática de diplomas legais e regulamentares, incluindo a Coordenação do sistema de gestão e informação orçamental, incluindo a responsabilidade pelo sistema de controlo de gestão orçamental e adequação dos sistemas contabilísticos. Colaboração nos relatórios do cumprimento da Unidade de Tesouraria. Elaboração de pareceres diversos, bem como pesquisas nos sistemas SIGO-SCC, SIGO-SFA e SOE.

[Março 2007 – Setembro 2007] – Professor da Disciplina de Análise Financeira II no Instituto Piaget de Vila Nova de Santo André.

Actividades desenvolvidas: Apresentação, desenvolvimento e avaliação dos activos financeiros e a sua génese enquanto meio de transformação de aforro em investimento, a formação dos preços desses activos e a melhor afectação de recursos entre as diferentes aplicações alternativas existentes. Promoção de um ambiente geral de desenvolvimento pessoal e académico, solidamente alicerçado em pressupostos teóricos mas cuja ênfase foi colocada no contacto directo com a realidade dos mercados, sendo esta assimilada de forma bastante assertiva através da gestão, durante o período das aulas, de uma carteira de acções efectuada pelos alunos com base nos preços reais de mercado.

[Março 2007 – Dezembro 2008] – Técnico Superior na Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P. no Departamento de Estudos e Planeamento.

Actividades desenvolvidas: Participou na elaboração do Relatório de Actividades de 2006, 2007, 2008 da ARS; Participou na elaboração do Plano de Acção para 2007, 2008 da ARS; Participou na elaboração dos indicadores mensais de monitorização dos Centros de Saúde;

Analisa os dados estatísticos dos Serviços de Saúde e dos principais indicadores demográficos e de saúde; Recolha, tratamento e análise da informação estatística sobre as actividades desenvolvidas nos centros de saúde e hospitais.

[Março 2006 – Março 2007] – Técnico Superior Estagiário, na Administração Regional de Saúde do Algarve ao abrigo do programa PEPAP.

[2005] - Caixa numa Instituição Bancária.

Actividades desenvolvidas: Atendimento presencial a clientes; Funções de caixa; Funções de BackOffice.

[Julho 2004 – Dezembro 2004] – ADE (Adjunto de Desenvolvimento Empresarial) ao abrigo do Programa REDE

Actividades desenvolvidas: Elaboração de um diagnóstico de empresa; Elaboração de um Plano de Acção, decorrente do diagnóstico realizado; Apoio na implementação desse plano. Coordenação da parte comercial, administrativa e contabilística.

### **Actividades Extracurriculares**

Participação e organização de Torneios de Ténis Federados.

Participação em diversos *workshops* e conferências na Universidade.